



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
Praça Desembargador Edgard Nogueira. nº 80 - Bairro Cabral - CEP 64000-920 - Teresina - PI - <http://www.tre-pi.jus.br>

PROCESSO : 0012613-64.2024.6.18.8000  
INTERESSADO :  
ASSUNTO :

Decisão nº 14 / 2024 - TRE/PRESI/DG/SAOF/COCONP/SELIC/CPL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



**REFERÊNCIA: PROCESSO ELETRÔNICO SEI nº 0012613-64.2024.6.18.8000**  
**ASSUNTO: Análise do pedido de impugnação ao Edital nº 90043/2024, interposto pela empresa SHANON MODA LTDA.**

O Pregoeiro do TRE-PI, designado pela Portaria Presidência nº 185/2024, publicada no DJE nº 75, de 29/04/2024 (0002075682), no exercício das suas atribuições, apresenta resposta à impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90043/2024 interposta pela empresa **SHANON MODA LTDA, CNPJ nº 00.400.119/0001-51.**

## 1 – DA TEMPESTIVIDADE

O item 4.1 do Edital prevê que qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão no prazo de até 03 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. Uma vez que o certame está agendado para dia 08/11/2024 e o pedido foi encaminhado via e-mail dia 01/11/2024, é tempestivo.

## 2 – DA SÍNTESE DOS FATOS E DO PLEITO

A empresa em epígrafe apresentou impugnação ao edital do Pregão em

comento, cujo objeto é a aquisição de trajes sociais, uniformes operacionais e de identificação nos moldes padronizados pelas Resoluções nº 379/2021 e 380/2021, ambas do CNJ, para uso dos Agentes da Polícia Judicial do TRE-PI, alegando que o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do objeto não é suficiente.

Não apresenta fundamentação jurídica e sugere a alteração do prazo para 90 (noventa) dias.

1

### 3 – DA APRECIÇÃO

Uma vez que a irresignação interposta trata de requisitos insulados no Termo de Referência, encaminhamos à Unidade responsável pela sua elaboração, que assim aduziu:

Após análise da solicitação de alteração do prazo de entrega dos uniformes da Polícia Judicial ([0002276013](#)), concordamos com a modificação proposta, passando o prazo de 30 dias para 90 dias após o recebimento da Nota de Empenho.

Os argumentos para esta alteração são os seguintes:

1. **Complexidade do Fornecimento:** A confecção e entrega de uniformes envolve uma série de etapas, como a seleção de materiais, produção e acabamentos, que podem ser impactadas por variáveis externas, como a disponibilidade de insumos, disponibilidade dos Agentes para aferição das medidas, etc.
2. **Garantia de Qualidade:** Um prazo mais amplo possibilita que os fornecedores realizem um controle de qualidade mais rigoroso, assegurando que os uniformes atendam às especificações técnicas e às normas exigidas no Termo de Referência.
3. **Flexibilidade na Logística:** A ampliação do prazo proporciona uma melhor gestão logística, permitindo que os fornecedores planejem de forma mais eficaz a entrega, evitando pressões que poderiam comprometer a qualidade final dos produtos.
4. **Prevenção de Problemas Futuramente:** Considerando a necessidade de ajustes e possíveis imprevistos durante o processo de produção e entrega, um prazo mais dilatado pode minimizar os riscos de atrasos e garantir que os uniformes sejam

entregues dentro das expectativas estabelecidas.

5. **Atendimento à Demanda:** Um prazo maior pode permitir que mais fornecedores se habilitem para o fornecimento, aumentando a concorrência e potencialmente beneficiando a Administração com melhores condições contratuais.

Diante desses fatores, a alteração do prazo de entrega para 90 dias se mostra não apenas razoável, mas também vantajosa para garantir a eficácia e a qualidade do fornecimento dos uniformes da Polícia Judicial.

2

Assim, procedemos à alteração do item 6.1 do TR ([0002276857](#)) para alterar o prazo de entrega conforme solicitado pela empresa SHANON MODA LTDA e devolvemos os autos a Vossa Senhoria para trâmite regular.

Atenciosamente,

Zoel de Castro Rosa  
Técnico Judiciário

Deste modo, assiste razão à Impugnante.

#### 4 – CONCLUSÃO

Consubstanciado no entendimento acima exposto e com base no art. 164, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, conheço do pedido de impugnação para, no mérito, julgá-lo **procedente**.

O certame será suspenso para alterações no instrumento convocatório, com posterior publicação concedendo novo prazo para apresentação das propostas de preços.

CPL, em 05 de novembro de 2024.

Edílson Francisco Rodrigues  
PREGOEIRO



Documento assinado eletronicamente por **Edilson Francisco Rodrigues, Técnico Judiciário**, em 05/11/2024, às 09:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0002277865** e o código CRC **596C7411**.

0012613-64.2024.6.18.8000

0002277865v2

